



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA**

Aviso de Privacidade

Em razão do dever de transparência e em cumprimento à [Resolução Nº 281/CNMP, de 13 de dezembro de 2023](#) e à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD ([Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#)), o Ministério Público Federal disponibiliza informações sobre as hipóteses em que, na execução de suas competências e no cumprimento das atribuições legais, é realizado o tratamento de dados pessoais.

No *Portal do MPF* em [Serviços->LGPD->Políticas](#) encontra-se o Aviso de Privacidade geral, aqui serão disponibilizadas informações acerca do serviço:

Serviço de pesquisa em base de dados com ênfase no reconhecimento facial.

Qual é a fundamentação legal para a execução desse serviço?

Constituição Federal 88; Lei Complementar 75/93 (Organização, atribuições e o estatuto do MPU), Resolução nº 181/2017 do CNMP; Portaria PGR/MPF nº 664, de 10 de outubro de 2025; Portaria PGR/MPF nº 532, de 12 de junho de 2020. Além disso, a LGPD prevê no Art. 4º, III, que essa Lei não se aplica **para fins exclusivos de segurança pública, defesa nacional, segurança do Estado, atividades de investigação e repressão de infrações penais**

Na execução do serviço, quais são os dados pessoais tratados?

Comuns	Nome, retrato em fotografia, registro do perfil do usuário, URL de origem das imagens e metadados extraídos das imagens
Sensíveis	Dados biométricos faciais

Se o tratamento envolve dados pessoais de crianças e adolescentes, como ele é realizado?

Feito o upload da foto referência de uma pessoa (adulto ou menor), o sistema utilizará um algoritmo de reconhecimento facial para cruzar os traços biométricos dessa imagem com um banco de dados de fotos capturadas automaticamente a partir de redes sociais abertas e sites públicos. Para maiores informações, vide a Política de Privacidade da fornecedora, disponível em <https://www.clearview.ai/public-privacy-policy>.

Como os dados pessoais são coletados?

Os dados são coletados em fontes abertas na internet. Para maiores informações, vide a Política de Privacidade da fornecedora, disponível em <https://www.clearview.ai/public-privacy-policy>.

Qual ou quais são as finalidades do tratamento?

Apoiar a atividade investigativa e de produção de inteligência no âmbito do MPF.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA

Em que consiste o tratamento de dados pessoais para o serviço acima informado?

Coleta, Retenção/Arquivamento/Armazenamento, Processamento, Acesso, Eliminação.

De acordo com a LGPD, qual é a base legal que autoriza o tratamento dos dados pessoais?

Cumprimento de obrigação legal (arts. 7º, II e 11, II, a), Proteção da vida (art. 7º, VII e 11, II, e), Prevenção de fraude e segurança (art. 11, II, g).

Os dados pessoais são compartilhados com outras instituições?

A imagem de referência é compartilhada com a fornecedora da tecnologia para realização da pesquisa no banco de dados. As imagens fornecidas não são integradas ao banco de dados da fornecedora.

Os dados pessoais são transferidos internacionalmente?

Sim, os bancos de dados da fornecedora são mantidos no exterior (EUA). Para maiores informações, vide a Política de Privacidade da fornecedora, disponível em <https://www.clearview.ai/public-privacy-policy>.

Por quanto tempo o Ministério Público Federal trata os dados pessoais?

A guarda e a eliminação de dados seguem o disposto nos Plano de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos da atividade administrativa ([Portaria PGR/MPF nº 860, de 20/9/2018](#)), a Política de Gestão do Patrimônio Documental ([Portaria PGR/MPF nº 119, de 5/4/2010](#)) e os Instrumentos Arquivísticos de Gestão Documental da atividade finalística do Ministério Público Federal ([Portaria PGR/MPF nº 184, de 21/3/2016](#)). Desse modo, os dados pessoais serão guardados por tempo determinado e poderão ser eliminados após esse prazo, ou classificados como de guarda permanente, conforme previsão na legislação arquivística.

Os dados pessoais estão em segurança?

No Ministério Público Federal são adotadas boas práticas de governança em segurança da informação visando orientar comportamentos adequados e mitigar os riscos de comprometimento dos dados pessoais tratados nas atividades do Órgão, mediante o uso de ferramentas de tecnologia da informação aderentes por padrão e desde a concepção.

Em caso de violação de dados pessoais e sendo o risco relevante, o Ministério Público Federal irá notificar a Unidade Especial de Proteção de Dados Pessoais do Conselho Nacional do Ministério Público - UEPDAP/CNMP e os titulares dos dados pessoais com a brevidade exigida ao caso. Para comunicar eventual violação de dados pessoais porventura tratados pelo Ministério Público Federal, envie um e-mail para os seguintes endereços: abuse@mpf.mp.br ou csirt@mpf.mp.br.

A fim de reforçar todas as medidas adotadas pela Instituição, recomenda-se que, ao se cadastrar:

- Use uma senha forte que seja exclusiva para sua conta no MPF;
- Nunca compartilhe sua senha com ninguém;
- Faça logout quando não estiver mais usando o serviço; e
- Tenha cuidado com dispositivos de uso compartilhado.

Esse serviço coleta cookies?

Cookies são arquivos salvos no computador, tablet ou telefone quando se visita um site. Usamos os cookies necessários para fazer o site funcionar da melhor forma possível e aprimorar os nossos serviços. Quer saber mais, consulte nossa política de cookies, acesse: <https://www.mpf.mp.br/servicos/lgpd/politicas/privacidade/politica-de-cookies>.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA**

Quais são os direitos dos titulares de dados pessoais e como posso exercê-los?

Para saber quais são os seus direitos e exercê-los, acesse o [Formulário de solicitação](#).

Como entrar em contato?

A sede do Ministério Público Federal está localizada na Procuradoria-Geral da República, em Brasília. Além da PGR, o Ministério Público Federal conta com unidades administrativas em todos os estados da Federação e em alguns municípios. Para saber a localização, acesse o [Portal da Transparência do MPF](#).

Para informações relativas ao tratamento de dados pessoais no âmbito do MPF, entre em contato com o Encarregado de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público Federal, por meio dos seguintes canais: e-mail: pgr-updp@mpf.mp.br - Telefone: (61) 3105-6250.

Para mais informações acesse a página [LGPD e o MPF - Lei Geral de Proteção de Dados](#).

Este aviso é original e foi elaborado/revisado em: 31/07/2026.